



# **Prefeitura Municipal De Ipiranga do Norte**

**ESTADO DE MATO GROSSO  
CNPJ 07.209.245.0001-72**

**LEI MUNICIPAL Nº 087/2006 – 04 DE JULHO DE 2006**

**DISPÕE SOBRE A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS  
NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO,  
VISANDO A DIVERSIFICAÇÃO E AUMENTO  
DA PRODUTIVIDADE RURAL E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**ILBERTO EFFTING**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal de Vereadores **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituído no Município de Ipiranga do Norte/MT, o Programa de execução de serviços por parte da Prefeitura Municipal, aos Produtores Rurais do Município, Pessoa Física ou Jurídica, visando a diversificação e o aumento da produtividade rural, com a conseqüente geração de trabalho e renda.

**Art. 2º** - Para a consecução dos objetivos da presente Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em caráter geral, nas propriedades rurais do Município, com o maquinário da Municipalidade ou contratado de terceiros, todos os serviços necessários à diversificação e aumento da produtividade rural.

**§ 1º** - (vetado)

**§ 2º** – Havendo necessidade de contratação com terceiros para a realização dos serviços, conforme disposto no “caput” deste Artigo, a mesma se dará nos termos da Lei Federal Nº 8.666/93 com suas alterações posteriores.

**Art. 3º** - Na execução dos serviços de que trata o Art. 2º desta Lei, os Produtores Rurais beneficiados fornecerão somente o combustível utilizado no maquinário, o transporte das máquinas até o local dos serviços, e a alimentação dos operadores.



# **Prefeitura Municipal De Ipiranga do Norte**

**ESTADO DE MATO GROSSO  
CNPJ 07.209.245.0001-72**

**Art. 4º** - Para a execução dos serviços, e quando necessário, o Proprietário Rural beneficiado ficará responsável pela obtenção do respectivo licenciamento, junto ao órgão ambiental competente.

**Art. 5º** - A execução dos serviços previstos nesta Lei, serão realizados conforme a disponibilidade financeira e de maquinário da Prefeitura Municipal.

**Art. 6º** - Para ser beneficiado com a execução dos serviços de que trata esta Lei, o Proprietário Rural deverá protocolar solicitação junto a Secretaria Municipal de Agricultura, que após as conclusões e o parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Ipiranga do Norte-CMDRS e da Procuradoria Jurídica do Município, conforme disposto no Art. 8º desta Lei, organizará o roteiro e a escala para a realização desses serviços.

**Parágrafo Único** – Na elaboração e organização da escala e do roteiro do maquinário, a Secretaria Municipal de Agricultura, na medida do possível, levará em consideração a quantidade de Propriedades Rurais de uma mesma região do Município à serem beneficiadas com a execução dos serviços, para que o maquinário da Municipalidade não fique transitando desnecessariamente dentro do Município.

**Art. 7º** - Junto a solicitação de que trata o Art. 6º desta Lei, o Proprietário Rural deverá apresentar projeto detalhado a respeito do investimento à ser realizado na Propriedade Rural.

**§ 1º** – Na análise do Projeto e da solicitação, serão considerados, dentre outros, os seguintes fatores:

**I** – Quantidade de empregos direta e indiretamente gerados a curto, médio e longo prazo;

**II** – Retorno de tributos ao Município a curto, médio e longo prazo;

**III** – Impacto sobre o meio ambiente.

**§ 2º** - Fica a Secretaria Municipal de Agricultura obrigada a repassar uma cópia de todos os projetos em que se refere o caput deste Artigo à Câmara Municipal de Ipiranga do Norte.

**Art. 8º** - Caberá à Secretaria Municipal de Coordenação Geral, ouvida a Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, observados os pareceres do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural



# ***Prefeitura Municipal De Ipiranga do Norte***

**ESTADO DE MATO GROSSO  
CNPJ 07.209.245.0001-72**

Sustentável do Município de Ipiranga do Norte-CMDRS e da Procuradoria Jurídica do Município, encaminhar para a apreciação do Prefeito Municipal, as conclusões desses órgãos sobre o enquadramento do Projeto para a execução dos serviços previstos nesta Lei.

**Art. 9º** - A Secretaria Municipal de Coordenação Geral poderá, a qualquer tempo e com qualquer periodicidade, requerer informações e comprovação por parte do Produtor Rural beneficiado, sobre a continuidade das condições e a realização das metas que o habilitaram para a execução dos serviços de que trata a presente Lei.

**Art. 10** - O Produtor Rural que deixar de realizar as metas nas quantidades e nos prazos a que se propôs, e que constam do projeto de investimento que o habilitaram na concessão e execução dos serviços objeto desta Lei, deverá recolher aos cofres da Municipalidade o valor dos serviços de máquinas realizados na sua propriedade, acrescido de juros legais e corrigido monetariamente.

**Art. 11-** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta das Dotações Orçamentárias específicas do Orçamento Municipal.

**Art. 12-** Esta Lei poderá ser regulamentada no que couber, através de Decreto do Executivo Municipal.

**Art. 13-** A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Ipiranga do Norte/MT, 04 de julho de 2006.**

**ILBERTO EFFTING**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Data supra.